

PLATAFORMA POLITICA PARA A AGRICULTURA BRASILEIRA

Ao povo brasileiro e às organizações populares do campo e da cidade

O atual modelo agrícola adotado no Brasil pelas forças do capital, das grandes empresas, é prejudicial aos interesses do povo brasileiro. Ele transforma tudo em mercadoria: alimentos, bens da natureza (água, terra, biodiversidade, sementes, etc.) e se organiza com o único objetivo do aumento do lucro das grandes empresas, das corporações transnacionais e dos bancos, que controlam a produção, os insumos, os preços e o mercado.

Nós precisamos urgentemente construir um novo modelo agrícola baseado em outras diretrizes e na busca constante de uma sociedade mais justa e igualitária, que produza suas necessidades em equilíbrio com o meio ambiente.

Por isso, trazemos algumas considerações para vossa reflexão.

I- A NATUREZA DO ATUAL MODELO AGRÍCOLA

1. A produção agrícola é organizada sob controle de uma aliança entre os grandes proprietários de terra e as empresas transnacionais que controlam: produção, comércio, insumos, sementes e exploram os trabalhadores agrícolas.
2. Prioriza a produção na **forma de monocultivo** em grande escala, que afeta o meio ambiente e exige **grandes quantidades venenos**, que prejudicam a saúde e a qualidade dos alimentos. O Brasil consome mais de um bilhão de litros de veneno por ano, se transformando o maior consumidor mundial!
3. Organiza o monocultivo de árvores como o eucalipto e pínus , que destroem o meio ambiente, a biodiversidade, estragam a terra, geram desemprego, e destina a produção à exportação , dando lucro para as transnacionais e nos deixando a poluição.
4. Incentiva a ampliação da área de monocultivo de cana para produção de etanol para exportação, para atender os automóveis dos países ricos, e nos deixa o prejuízo do meio ambiente, eleva o preço dos alimentos e concentra a propriedade da terra, e desnacionalizou o setor entregando o controle para empresas estrangeiras.

5. Difunde o uso das sementes transgênicas, que destroem a biodiversidade e eliminam todas as nossas sementes nativas. As sementes transgênicas não conseguem conviver com outras variedades e contaminam as demais, resultando a médio prazo, as únicas sementes na natureza. E sua implantação visa apenas dar lucro para as empresas transnacionais que cobram royalties e vendem seus venenos combinados com aquelas sementes transgênicas.
6. Incentiva o desmatamento da floresta amazônica e a destruição dos babaçuais, através da expansão da pecuária, soja, eucalipto e cana, e para exportação de madeira e minérios. Somos contra a lei que autoriza a exploração privada das florestas públicas. Somos contra a lei recentemente aprovada que legaliza a grilagem, regularizando as áreas públicas invadidas na Amazônia até 1500 há por pessoa (antes era permitido legalizar apenas até 100 há) Somos contra o projeto de lei do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) que reduz a reserva florestal na Amazônia em cada propriedade, de 80 para 50 por cento
7. O modelo do agronegócio protege o uso do trabalho escravo, a exploração do trabalho infantil e a exploração dos assalariados rurais, sem garantir os direitos trabalhistas e previdenciários e as mínimas condições de transporte e de vida, nas fazendas que os contratam. Por isso, a bancada ruralista nunca quis votar o projeto que penaliza fazendas com trabalho escravo, já aprovado no senado.
8. Denunciamos o projeto de lei do senador Zambiasi (PTB-RS) que pretende diminuir a proibição de propriedades estrangeiras na faixa de fronteira de todo país e com isso regularizaria a situação das terras de empresas estrangeiras na fronteira, como a Stora Enso, e a seita Moon.
9. Denunciamos as características das obras de transposição do Rio São Francisco que visa apenas beneficiar o agronegócio, o hidronegócio e a produção para exportação, e a expansão da cana, na região nordeste, e não atende as necessidades dos milhões de camponeses que vivem no semi-árido.
10. Denunciamos a crescente privatização da propriedade da água, que vem ocorrendo por empresas, sobretudo estrangeiras como a Nestlé, Coca-cola, Suez, etc.
11. Denunciamos o atual modelo energético - porque prioriza as grandes hidrelétricas, principalmente na Amazônia e transforma a energia em mercadoria. Privatiza, destrói e polui o meio ambiente, aumenta cada vez mais as tarifas da energia elétrica ao povo brasileiro, privilegia os grandes consumidores eletrointensivos e entrega o controle da energia às grandes corporações multinacionais, colocando em risco a soberania nacional.

12. Denunciamos as tentativas de modificação no atual código florestal, proposto pela bancada ruralista a serviço do agronegócio, que autorizar o desmatamento das áreas, buscando apenas o lucro fácil.
13. Denunciamos as articulações das empresas transnacionais, falsas entidades ambientalistas e alguns governos do hemisfério Norte, que querem transformar o meio ambiente em simples mercadoria. E introduzir títulos de créditos de carbono negociáveis nas bolsas, inclusive, para isentar as empresas poluidoras do norte, e gerar oportunidades de lucro para empresas do sul. Enquanto as agressões ao meio ambiente seguem livremente pelo capital.
14. Denunciamos as políticas que privatizam o direito de pesca, desequilibram o meio ambiente nos rios e no mar, e inviabilizam a pesca artesanal, da qual dependem milhões de brasileiros.

II- PROPOMOS UM NOVO PROGRAMA PARA A AGRICULTURA BRASILEIRA BASEADO NAS SEGUINTE DIRETRIZES.

1. Um programa agrícola e hídrico, que priorize a soberania alimentar de nosso país, com o estímulo da produção de alimentos saudáveis, a diversificação da agricultura, a reforma agrária, como ampla democratização da propriedade da terra, a distribuição de renda e fixação das pessoas no meio rural brasileiro.
2. Impedir a concentração da propriedade privada da terra, das florestas e da água, e fazer uma ampla distribuição das maiores fazendas, instituindo um limite de tamanho máximo da propriedade de bens da natureza.
3. A agricultura brasileira precisa ser controlada pelos brasileiros e que tenha como base a produção de alimentos saudáveis, a organização de agroindústrias na forma cooperativa em todos os municípios do país.
4. A produção deve ser diversificada, na forma de policultura, priorizando a produção camponesa.
5. As técnicas de produção devem buscar o aumento da produtividade do trabalho e da terra, respeitando o meio ambiente e a agroecologia. Combatendo o uso de agrotóxicos, que contaminam os alimentos e a natureza.
6. Adotar a produção de celulose em pequenas unidades, sem monocultivo extensivo, e buscando atender as necessidades brasileiras, em escala agroindústrias menores, como é nos países nórdicos.

7. Defender a “política de desmatamento zero”, na Amazônia e cerrado, preservando a riqueza e usando os recursos naturais de forma adequada e em favor do povo que lá vive. Defender o direito coletivo da exploração dos babaçuais.
8. Preservar, difundir e multiplicar as sementes nativas e melhoradas, de acordo com nosso clima e biomas, para que todos os agricultores tenham acesso.
9. Penalizar rigorosamente todas as empresas e fazendeiros que desmatam e poluem o meio ambiente.
10. Implementar as medidas propostas pela Agência nacional de águas (Atlas do Nordeste), que prevê obras e investimentos em cada município do semi-árido, e que com menor custo, resolveria o problema de água de todos os camponeses e população residente na região.
11. A água é um bem da natureza, um direito de todo cidadão. Não pode ser uma mercadoria e deve ser gerenciada como um bem público, acessível a todos e todas. Defendemos um programa de preservação de nossos aquíferos, como as nascentes das três principais bacias que nascem no cerrado, o aquífero guarani e a mais recente descoberta do aquífero Alter do Chão, na região amazônica.
12. Defendemos um novo projeto energético popular para o país, baseado na soberania energética e controle da energia e de suas fontes a serviço do povo brasileiro. Onde o planejamento, a produção, distribuição da energia e de suas fontes estejam sob controle do povo brasileiro. Estimulando todas as múltiplas formas de fontes de energia com prioridade para as potencialidades locais e de uso popular. Revisão das atuais tarifas de energia elétrica cobradas da população, garantindo o acesso a todos a preços compatíveis com a renda do povo.
13. Que seja regularizada todas as terras quilombolas, em todo país.
14. Que seja proibida a aquisição de terras brasileiras por empresas transnacionais e “seus laranjas”, acima do módulo familiar.
15. Demarcação imediata de todas as áreas indígenas e retirada de todos os fazendeiros invasores, em especial as áreas dos guaranis no Mato Grosso do Sul.
16. Defendemos políticas públicas para agricultura, através do estado, que garantam:

- a) Prioridade para a produção de alimentos para o mercado interno.
- b) Preços rentáveis aos pequenos agricultores, garantindo a compra pela CONAB;
- c) Estabelecer uma nova política de crédito rural; em especial para investimento nos pequenas e médios estabelecimentos agrícolas.
- d) A política de pesquisa da EMBRAPA, seja definida a partir das necessidades dos camponeses e da produção de alimentos.
- e) Adequar a legislação sanitária da produção agroindustrial às condições da agricultura camponesa e das pequenas agroindústrias, ampliando as possibilidades de produção de alimentos.
- f) As políticas públicas para a agricultura devem estar direcionadas e adequadas às realidades regionais.

17. Seguridade social. Defendemos a manutenção do carácter público, universal, solidário e redistributivista da seguridade social no Brasil, como garantia a todos trabalhadores da agricultura. E garantir o orçamento para a previdência social, e a ampliação dos direitos sociais a todos trabalhadores, como os que estão na informalidade e os trabalhadores domésticos.

18. Rever o atual modelo de transporte individual, e desenvolver um programa nacional de transporte coletivo, que priorize o sistemas ferroviário, metrô, hidrovias, etc..) que usam menos energia, menos poluentes e mais acessíveis para toda população.

19. Educação no campo.

Implementar um amplo programa de escolarização no campo, que busque elevar o nível de consciência social dos camponeses, universalizar o acesso dos jovens do meio rural a todos os níveis de escolarização, em especial ao ensino médio e superior. Desenvolver uma campanha massiva de alfabetização de todos adultos.

Desenvolver programas de educação no campo em todos os níveis, adequados à realidade de cada região.

20. Mudar os acordos internacionais da OMC, EU-Mercosur, convenções e conferencias no âmbito das Nações Unidas, que defendem apenas os interesses do capital internacional, do livre comércio, em detrimento dos camponeses e dos interesses dos povos do sul.

21. Aprovação da lei que determina expropriação de toda fazenda com trabalho escravo. Impor pesadas multas às fazendas que não respeitam as leis trabalhistas e previdenciárias. E revogação da lei que possibilita contratação temporária de assalariados rurais, sem carteira assinada.

Por trabalho, alimento sadio, um novo modelo agrícola e soberania nacional!

Brasil, 10 de maio 2010.

Associação brasileira de estudantes de engenharia Florestal-ABEEF

Conselho indigenista Missionário- CIMI

Comissão pastoral da Terra- CPT

Federação dos Estudantes de agronomia do Brasil- FEAB

Movimento dos atingidos por Barragens- MAB

Movimento dos pequenos agricultores- MPA

Movimento das mulheres camponesas- MMC

Movimento dos trabalhadores rurais sem terra- MST

Pastoral da Juventude rural- PJR

Movimento dos pescadores e pescadoras do Brasil